

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Em 23 de dezembro de 2011, foi assinado um memorando de entendimentos entre a J&F Participações Financeiras, o Banco Original S.A., o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), e a Matone Participações S.A., para a venda integral da rede de lojas Bem-vindo e de todos os sistemas e processos necessários a realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta.

Com a venda da rede de lojas Bem-vindo ao Banrisul, o Banco Original deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados e se prepara para direcionar seus esforços para as demais carteiras comerciais, de crédito, de financiamentos, de investimentos e de câmbio.

Além disso, conta com uma mesa de operações com profissionais experientes, tomando posições proprietárias e direcionais em taxas de juros e diferencial de preços, dentro dos limites exigidos pela legislação em vigor.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado. Em 08 de julho de 2011, através de Assembleia Geral Extraordinária, a J&F Participações Financeiras LTDA, decidiu aumentar o capital social em R\$ 1.846.115, e a nova diretoria empossada iniciou ampla reforma administrativa visando corte de custos e a retomada dos negócios.

Em 06 de outubro de 2011, o Banco obteve aprovação do Bacen para mudança de sua razão social de Banco Matone S.A., passando a se chamar Banco Original S.A., tornando-se a empresa líder do Conglomerado Financeiro Original.

Contexto Macroeconômico

O ano de 2011 apresentou momentos distintos no que tange a atividade econômica, com sinais claros de desaceleração da economia brasileira, no decorrer do exercício. Houve continuidade no processo iniciado no terceiro trimestre, quando importantes indicadores mostraram a possibilidade de crescimento perto de zero do PIB trimestral. O indicador do PIB mensal calculado pelo Banco Central do Brasil recuou 0.65% entre

junho e outubro e apontou para a moderação do crescimento na segunda metade do ano. A produção industrial manteve sua trajetória de fraqueza, enquanto que o varejo passou a mostrar sinais de desaceleração. Diante do processo de arrefecimento econômico, as políticas de juros e fiscal no Brasil passaram por uma importante inflexão no terceiro trimestre e o Banco Central continuou o processo de corte da taxa de juros nos meses seguintes. Entre julho e novembro, a taxa Selic foi reduzida de 12,50% para 11,00%, uma mudança no até então ciclo de alta dos juros iniciado no primeiro semestre. No entanto, a partir da metade do quarto trimestre, o cenário para a atividade doméstica tornou-se mais otimista. Os meses de novembro e dezembro mostraram um reaquecimento econômico. O crescimento do emprego e a expansão da renda não registraram sinais de arrefecimento, inclusive com a taxa de desemprego atingindo seu menor patamar historicamente em dezembro, 4,7%. A produção industrial cresceu em novembro e em dezembro e as vendas do varejo também recuperaram o fôlego no final de 2011. O cenário externo extremamente instável diante dos riscos de economias endividadas na Zona do Euro levou a um comportamento volátil da taxa de câmbio. O Real recuperou-se da rápida desvalorização de setembro durante o mês de outubro, saindo de R\$ 1,90/US\$ para R\$ 1,67/US\$, porém voltou a desvalorizar-se em novembro. Este ambiente financeiro volátil e adverso não interferiu tanto no ritmo de expansão do crédito no Brasil, porém o fluxo de comércio externo do país registrou alguns sinais de desaceleração.

Desempenho nos Negócios

Em 2011, o Banco apresentou lucro líquido no exercício de R\$ 76.169, contra um prejuízo de R\$ 52.469 apresentados no mesmo período de 2010, e retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 4,26% (em 2010, -27%). O Total de Ativos atingiu R\$ 3.356.774 milhões (2010 – R\$ 1.244.231) enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 1.784.371 (Capital Social – R\$ 1.997.408, Reservas – R\$ 25.641 e Prejuízos acumulados – R\$ (238.678)).

A carteira de crédito consignado ao término do exercício situou-se em R\$ 1.528.654, dos quais R\$ 464.942 eram recursos bancados e R\$ 1.063.712 estavam cedidos a fundos e outras instituições financeiras. As demais carteiras somadas totalizavam R\$ 499.121.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 2.348.828 (2010 – R\$ 1.051.203), com crescimento de 123% quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Este aumento está condizente com os objetivos do Banco de crescimento para sustentação de suas operações de crédito.

As receitas com operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, oriundas de transações da tesouraria, atingiram ao final do exercício R\$ 462.300.

Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, compliance e regulatório. O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo Bacen.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2011, foram abertas 339 demandas, todas informadas à alta administração do Banco, e constam do relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/2010.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2011		2010		PASSIVO	Nota	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
CIRCULANTE		2.001.379	373.431	1.127.952	717.009	CIRCULANTE		1.127.952	717.009	1.127.952	717.009
Disponibilidades		163	138	511.785	388.268	Depósitos	12.1	511.785	388.268	511.785	388.268
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	38.222	86.905	1.031	910	Depósitos à vista		1.031	910	1.031	910
Aplicações em depósitos interfinanceiros		38.222	86.905	150.200	7.971	Depósitos interfinanceiros		150.200	7.971	150.200	7.971
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.458.986	7.318	315.108	8.872	Depósitos a prazo		360.734	379.387	360.734	379.387
Carteira própria		118.046	6.652	315.108	8.872	Captações no mercado aberto		315.108	8.872	315.108	8.872
Vinculados a compromissos de recompra		318.815	-	315.108	8.872	Carteira própria		315.108	8.872	315.108	8.872
Instrumentos financeiros derivativos		279	666	Recursos de aceites e emissão de títulos	12.2	50.091		50.091	50.091	-	-
Vinculados a prestação de garantias	1.021.846	-	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		50.091		50.091	50.091	-	-
Relações interfinanceiras		30	39	Instrumentos financeiros derivativos	5.2	17	47	17	47	17	47
Créditos vinculados		30	38	Instrumentos financeiros derivativos		17	47	17	47	17	47
Depósitos no Banco Central		30	38	Outras obrigações		250.951	319.822	250.951	319.822	250.951	319.822
Correspondentes		-	1	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.417	388	1.417	388	1.417	388
Operações de crédito	6	298.128	205.807	Fiscais e previdenciárias	8	127.184	4.154	127.184	4.154	127.184	4.154
Operações de crédito - setor privado		427.004	221.004	Negociação e intermediação de valores		535	70	535	70	535	70
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(128.876)	(15.197)	Diversas	13	121.815	315.210	121.815	315.210	121.815	315.210
Outros créditos		200.281	55.865	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		444.451	338.479	444.451	338.479	444.451	338.479
Créditos por avais e fianças honrados		4.428	237	Depósitos	12.1	412.431	320.432	412.431	320.432	412.431	320.432
Negociação e intermediação de valores		7.049	70	Depósitos interfinanceiros		36.417	36.235	36.417	36.235	36.417	36.235
Diversos	7	193.232	55.558	Depósitos a prazo		376.014	284.197	376.014	284.197	376.014	284.197
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(4.428)	-	Instrumentos financeiros derivativos		36	59	36	59	36	59
Outros valores e bens		5.569	17.359	Instrumentos financeiros derivativos		36	59	36	59	36	59
Despesas antecipadas		5.569	17.359	Outras obrigações		31.984	17.988	31.984	17.988	31.984	17.988
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.245.766	715.967	Diversas	13	31.984	17.988	31.984	17.988	31.984	17.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	4.766	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.784.371	188.743	1.784.371	188.743	1.784.371	188.743
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	4.766	Capital social - de domiciliados no país	15	1.997.408	280.333	1.997.408	280.333	1.997.408	280.333
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		584.167	235.170	Ajustes de avaliação patrimonial		25.641	-	25.641	-	25.641	-
Carteira própria		584.167	226.282	Prejuízos acumulados		(238.678)	(91.590)	(238.678)	(91.590)	(238.678)	(91.590)
Vinculados a compromissos de recompra		-	8.888	TOTAL DO ATIVO		3.356.774	1.244.231	3.356.774	1.244.231	3.356.774	1.244.231
Operações de crédito	6	494.835	304.703								
Operações de crédito - setor privado		532.531	314.421								
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(37.696)	(9.718)								
Outros créditos		149.944	112.875								
Diversos	7	152.944	112.875								
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(3.000)	-								
Outros valores e bens		16.820	58.453								
Outros valores e bens	9	18.834	18.322								
(-) Provisões para desvalorizações	9	(15.487)	-								
Despesas antecipadas		13.473	40.131								
PERMANENTE		109.629	154.833								
Investimentos		103.302	146.853								
Participações em coligadas e controladas - no país	10	102.698	146.279								
Outros investimentos		604	574								
Imobilizado de uso	11	5.496	6.592								
Outras imobilizações de uso		11.484	11.005								
(-) Depreciações acumuladas		(5.988)	(4.413)								
Diferido		831	1.388								
Gastos de organização e expansão		2.779	2.779								
(-) Amortizações acumuladas		(1.948)	(1.391)								

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		150.960	129.040	332	-	(39.121)	241.211
Valorização de títulos patrimoniais		-	-	1	-	-	1
Capitalização das reservas de capital	15	-	333	(333)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(52.469)	(52.469)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		150.960	129.373	-	-	(91.590)	188.743
Mutações do exercício		-	333	(332)	-	(52.469)	(52.468)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		150.960	129.373	-	-	(91.590)	188.743
Aumento de capital social	15	-	1.846.115	-	-	-	1.846.115
Homologação do BACEN s/aumento de capital social	15	1.846.115	(1.846.115)	-	-	-	-
Homologação do BACEN s/capitalização de reservas	15	333	(333)	-	-	-	-
Homologação do BACEN s/cancelamento do aumento de capital social	15	-	(129.040)	-	-	-	(129.040)
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda		-	-	-	25.641	-	25.641
Ajustes de exercícios anteriores	1	-	-	-	-	(223.257)	(223.257)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	76.169	76.169
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.997.408	-	25.641	(238.678)	1.784.371	1.784.371
Mutações do exercício		1.846.448	(129.373)	-	25.641	(147.088)	1.595.628
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011		150.960	129.373	-	-	(197.974)	82.359
Aumento de capital social	15	-	1.846.115	-	-	-	1.846.115
Homologação do BACEN s/aumento de capital social	15	1.846.115	(1.846.115)	-	-	-	-
Homologação do BACEN s/capitalização de reservas	15	333	(333)	-	-	-	-
Homologação do BACEN s/cancelamento do aumento de capital social	15	-	(129.040)	-	-	-	(129.040)
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda		-	-	-	25.641	-	25.641
Ajustes no resultado de exercícios anteriores	1	-	-	-	-	(223.257)	(223.257)
Ajuste no resultado do 1º semestre/2011	1	-	-	-	-	44.004	44.004
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	138.549	138.549
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.997.408	-	25.641	(238.678)	1.784.371	1.784.371
Mutações do semestre		1.846.448	(129.373)	-	25.641	(40.704)	1.702.012

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	
--	------	------	--



Banco Original

Rua Sete de Setembro, 722/730 - 15º andar - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS • Fone: (51) 3511.0123 • www.bancooriginal.com.br

BANCO ORIGINAL S.A.

(atual razão social do Banco Matone S.A.)

CNPJ nº 92.894.922/0001-08 • NIRE nº 43 3 000302 2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Original S.A. (Banco), atual razão social do Banco Matone S.A., é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

Em 14 de junho de 2011 foi celebrado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças pactuando a transferência do controle acionário do Banco para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda. Em 18 de agosto de 2011 o Banco Central do Brasil (BACEN) comunicou a manifestação favorável à esta transferência. Em 08 de julho de 2011, o acionista decidiu aumentar o capital social em R\$ 1.846.115 com a consequente emissão de 500.000.000 novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional pela J&F Participações Financeiras Ltda. Adicionalmente, o acionista decidiu pelo cancelamento do aumento de capital social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 129.040 e, consequentemente, pelo cancelamento das 32.340.852 ações emitidas nesta mesma data, sendo 16.170.426 ações ordinárias e 16.170.426 ações preferenciais. O referido aumento de capital encontrava-se pendente de homologação pelo BACEN e este cancelamento foi homologado pelo BACEN em 08 de setembro de 2011.

O aumento de capital mencionado acima, R\$ 1.846.115, permitiu que a Administração revisasse a expectativa de realização dos ativos de propriedade do Banco, bem como aqueles em que este possui coobrigação, decidindo constituir provisão para os seguintes eventos, cuja realização é considerada incerta pela Administração:

- a) Complemento de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 221.034, sendo R\$ 66.890 relativo à carteira cedida com coobrigação, R\$ 10.086 relativo à carteira cedida sem coobrigação para fundos de investimentos nos quais o Banco possui quotas subordinadas e, R\$ 144.058 relativo à carteira própria.
- b) Constituição de provisão para perda referente a seguros prestamistas no montante de R\$ 9.305, relativo a contratos liquidados por morte dos clientes, cujos valores estão em processo de cobrança da Seguradora.
- c) Constituição de provisão para perda de valores a receber de correspondentes bancários no montante de R\$ 14.394, relativos principalmente a contratos de empréstimos consignados originados em desacordo com as normas estabelecidas pelo Banco.
- d) Constituição de provisão para desvalorização de bens não de uso no montante de R\$ 15.380, relativo ao valor dos imóveis recebidos pelo Banco em dação de pagamento de operações de crédito. Essa provisão foi constituída para fazer frente a prováveis perdas na alienação dos imóveis.
- e) Apropriação do montante de R\$ 24.208, referente à despesa antecipada de bônus pagos a correspondentes bancários sobre a originação de novas operações de crédito consignado e, constituir provisão para outros créditos cuja realização é considerada incerta no montante de R\$ 223.

Os valores destacados acima foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras da seguinte forma:

Descrição dos ajustes	Ajustes			
	de exercícios anteriores	no resultado do 1º semestre	no resultado do 2º semestre	líquidos
(a)	(304.911)	70.859	13.018	(221.034)
(b)	(8.997)	(98)	(210)	(9.305)
(c)	(12.181)	(2.036)	(177)	(14.394)
(d)	(15.357)	(23)	-	(15.380)
(e)	(30.647)	4.639	1.577	(24.431)
Total antes da tributação	(372.093)	73.341	14.208	(284.544)
Imposto de renda e contribuição social	148.836	(29.337)	(5.682)	113.817
Total líquido dos efeitos tributários	(223.257)	44.004	8.526	(170.727)

Em Assembleia Geral Extraordinária no dia 09 de setembro de 2011, o acionista alterou a denominação social do Banco Matone S.A. para "Banco Original S.A.". Essa alteração foi homologada pelo BACEN em 06 de outubro de 2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por moeda nacional e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2010 também estavam representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação fosse igual ou inferior a 90 dias e apresentassem risco insignificante de mudança de valor justo.

Composição	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	163	138
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	15.000
Total	163	15.138

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentes em negociações. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- b) **Títulos disponíveis para venda** - São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial".
- c) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3.2. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- a) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do exercício.
 - b) **Hedge de fluxo de caixa** - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.
- Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedge* contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* cujos prazos e taxas são iguais ao do objeto de *hedge* não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002.

3.4. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 (seis) meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H (perdas) e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito, inclusive sobre as operações cedidas com coobrigação.

3.5. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por comissões pagas aos correspondentes bancários sobre as contratações de operações de crédito.

Dessa forma, essas comissões são registradas no ativo e, apropriadas ao resultado, simultaneamente quando se correlacionarem com as receitas decorrentes das operações de crédito que a originaram, tendo em vista os prazos dos contratos para as operações de crédito bancadas e, para as operações de créditos cedidas, as comissões são apropriadas no período em que são cedidas.

3.6. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado.

3.7. Permanente

Os investimentos nas empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal, e são atualizados na base do balanço pelo seu valor patrimonial com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado do exercício. O imobilizado é registrado pelo custo. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas anuais determinadas em função do prazo de vida útil econômica estimado dos bens. As taxas médias de depreciação dos bens estão divulgadas na nota explicativa nº 11.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. O diferido em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está representado por gastos pré-operacionais decorrentes da implantação da carteira de crédito imobiliário e da criação de canais para operacionalização dos créditos consignados, e está registrado ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 5 anos.

3.8. Depósitos a prazo e interfinanceiros

Os depósitos a prazo estão representados exclusivamente por certificados de depósitos bancários (CDB) pré ou pós-fixados e por depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), remunerados a taxas de mercado. As taxas de captação dos depósitos estão divulgadas na nota explicativa nº 12.1.

Os CDBs pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate deduzido dos encargos a apropriar e, os CDBs pós-fixados e os DPGEs pelo valor captado acrescido dos encargos até a data do balanço.

Os depósitos interfinanceiros pós-fixados estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos até a data do balanço.

3.9. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, o qual dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), o Banco testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco reconheceu perda no valor recuperável dos Bens não de uso próprio, para a qual constituiu provisão conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 15% calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real.

5.1. Títulos e valores mobiliários

Papel	2011			2010		
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor de mercado
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundo de investimento	181.922	-	181.922	181.922	-	142.804
Certificados de recebíveis imobiliários	-	2.797	2.797	2.797	-	2.410
Ações de companhia aberta	469.818	-	425.000	469.818	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	100.413	100.423	100.413	-	-
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	1.287.924	1.284.422	1.287.924	-	-
Ações de companhia aberta	-	-	-	-	-	6.652
Subtotal	651.740	1.391.134	1.994.564	2.042.874	-	151.866
Total	-	-	-	2.042.874	-	241.822

a) Em 30 de junho de 2011 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) foram reclassificadas da categoria "Mantidos até o vencimento" para a categoria "Para negociação" em conformidade com as regras definidas pela Circular BACEN nº 3.068/2001, a fim de melhor refletir a intenção da Administração em relação a esse Ativo. A taxa de remuneração do título é pós-fixada, não havendo assim, ganhos ou perdas não realizados a serem contabilizados no resultado do exercício.

Os valores de mercado dos títulos públicos federais foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

b) Os valores de mercado das ações de companhia aberta foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa.

c) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários subordinados da primeira emissão de CRI da Gaia Securitizadora S.A. Estes papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela TR.

d) As quotas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) estão contabilizadas pelo valor da quota divulgado pelos administradores dos fundos. O Banco deve manter o investimento em quotas subordinadas em garantia da realização das parcelas de crédito cedidas aos fundos sem coobrigação.

A remuneração das quotas subordinadas corresponde à parcela do lucro apurado nos respectivos fundos, após a alocação dos rendimentos estabelecidos no estatuto às quotas seniores e apropriação das demais despesas inerentes aos fundos.

As quotas dos fundos de investimentos foram classificadas no Balanço Patrimonial em curto e longo prazo, de acordo com o vencimento das carteiras de operações de crédito que o Banco cedeu aos respectivos fundos.

Fundos de Investimentos	2011		2010	
	EMA	MATONE V	EMA	MATONE V
Saldo das quotas subordinadas - R\$	41.765	140.157	37.988	104.616
Patrimônio líquido do fundo - R\$	60.267	522.121	167.582	641.068
Quantidade de quotas subordinadas	9.074.820	84.844	9.074.820	84.844
Relação mínima exigida pelo regulamento: PL do fundo sobre valor das quotas seniores	117%	118%	117%	118%

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A administração:

Posição ativa:	2011				2010			
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	
CDI	3.665	3.025	705	3.729	3.730	13.262	13.262	
Posição passiva:								
Juros pré-fixados	3.665	3.025	707	3.730	3.732	13.294	12.800	
CDI	-	-	-	-	-	-	509	
Ajuste a pagar	-	-	(2)	(1)	(2)	(32)	(47)	

Posição ativa:	2011				2010				
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de curva (contábil)	Valor de mercado	Valor de curva (contábil)	Valor de mercado
Juros pré-fixados	-	-	-	-	-	-	-	6.731	6.869
Posição passiva:									
CDI	-	-	-	-	-	-	-	6.065	6.065
Ajuste a receber	-	-	-	-	-	-	-	666	804

Posição ativa:	2011				2010				
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de curva (contábil)	Valor de mercado	Valor de curva (contábil)	Valor de mercado
CDI	36.235	2.600	7.800	20.801	5.200	36.401	36.369	44.199	44.159
Posição passiva:									
CDI + Juros pré-fixados	36.369	2.604	7.811	20.830	5.207	36.452	36.452	44.258	44.258
Ajuste a pagar	(134)	(4)	(11)	(29)	(7)	(51)	(83)	(59)	(99)

5.2.1.3. Resumo das operações de derivativos, mencionadas nos itens 5.2.1.1 e 5.2.1.2:

	2011		2010	
	A receber (pagar)	A receber (pagar)	A receber (pagar)	A receber (pagar)
A pagar 5.2.1.1.	(2)	(47)	(2)	(47)
A pagar 5.2.1.2.	(51)	(59)	(51)	(59)
A receber 5.2.1.2.	-	666	-	666
Total líquido	(53)	560	(53)	560
Total ativo	-	666	-	666
Total passivo	(53)	(106)	(53)	(106)
Total líquido	(53)	560	(53)	560

Os créditos tributários sobre as diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, o qual dispõe sobre provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. As provisões para passivos contingentes conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos trabalhistas, tributários ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da Administração e de seus assessores legais. Tais provisões podem sofrer alterações no futuro devido a mudanças relacionadas ao andamento de cada processo. Os passivos contingentes cuja possibilidade de ocorrer qualquer desdobramento para sua liquidação não seja provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

3.13. Resultado das operações

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de recebimento, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.14. Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Composição	2011		2010	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	31.581	38.222	91.671
Não ligadas	6.575	30.337	36.912	90.715
Não ligadas - vinculadas ao crédito rural	66	1.244	1.310	956
Total	6.641	31.581	38.222	91.671



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais)

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas junto à Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA), foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 1.021.846, representados por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e por Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Operações no mercado futuro

Indexador	2011		Valor referencial
	Posição de compra	Posição de venda	
CDI	29.620.421	854.178	30.474.599

5.2.3. Prêmios e opções a exercer

Operações com opções por indexador

Posição ativa	2011		
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor referencial
Dólar	745	279	4.370.000

As marcações aos valores de mercado das posições detidas pelo Banco estão sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). As opções são precificadas utilizando o modelo de Black & Scholes.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

6.1. Composição da carteira de operações de crédito por setor de atividade e por faixa de vencimento

Setor de Atividade	2011					2010	
	Vencidos	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total	Total
Rural	-	9.653	-	58.000	67.653	10.650	-
Indústria	3.451	1.813	27.210	23.618	56.092	58.137	-
Comércio	-	847	4.157	192	5.196	14.998	-
Outros serviços	31.730	14.267	119.464	181.330	346.791	55.019	-
Pessoas físicas	84.573	37.297	92.542	269.391	483.803	396.821	-
Subtotal	119.754	63.877	243.373	532.531	959.535	535.425	-

Fianças honradas e outros créditos a receber

Fianças honradas e outros créditos a receber	4.528	-	-	-	4.528	237	-
--	-------	---	---	---	-------	-----	---

Total da carteira própria

própria	124.282	63.877	243.373	532.531	964.063	535.662	-
---------	---------	--------	---------	---------	---------	---------	---

Circulante

Circulante	-	-	-	-	532.531	314.486	-
------------	---	---	---	---	---------	---------	---

Longo prazo

Longo prazo	-	-	-	-	-	-	-
-------------	---	---	---	---	---	---	---

6.2. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade

Modalidade	2011		2010	
	Emprestimos consignados	Emprestimos de capital de giro	Emprestimos CCB	Emprestimos imobiliários
Emprestimos consignados	464.942	353.885	-	-
Emprestimos de capital de giro	249.744	94.829	-	-
Emprestimos CCB	181.763	7.447	-	-
Emprestimos imobiliários	59.819	79.197	-	-
Conta corrente garantida	-	3.267	-	-
Fianças honradas e outros créditos a receber	-	4.528	-	-
Total da carteira própria	964.063	535.662	-	-

6.3. Composição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	2011		2010	
	Percentual da provisão	Base da provisão	Valor da provisão	Base da provisão
AA	-	7.333	-	118.223
A	0,50%	595.177	(2.976)	327.013
B	1,00%	31.726	(317)	8.113
C	3,00%	148.152	(4.448)	46.645
D	10,00%	4.722	(472)	8.615
E	30,00%	1.993	(598)	3.294
F	50,00%	10.300	(5.150)	3.887
G	70,00%	25.071	(17.550)	3.427
H	100,00%	135.061	(135.061)	15.608
Total da carteira própria	959.535	(166.572)	535.425	(24.915)

A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com e sem coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica "Outras obrigações - diversas". Para fins de comparabilidade, a provisão calculada sobre os créditos cedidos com coobrigação em 31 de dezembro de 2010, foi reclassificada para o passivo na rubrica "Outras obrigações - diversas". A provisão constituída para cobrir possíveis perdas no recebimento dos avais e fianças honradas e outros créditos, está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa".

6.4. Movimentações da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(104.516)	(57.275)	-	(35.628)
Constituições de provisão	(266.693)	(348.419)	-	(39.743)
Reversões de provisão	92.901	102.211	-	-
Baixas para prejuízo	64.447	89.622	-	18.095
Saldo final	(213.861)	(213.861)	-	(57.275)

As reversões de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa incluem a reversão das provisões das operações de crédito baixadas para prejuízo conforme nota explicativa nº 6.5.

6.5. Créditos baixados para prejuízo

	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Baixas de créditos para prejuízo	(64.447)	(89.622)	-	(18.095)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.720	3.830	-	1.985
Resultado de baixas e recuperações de prejuízo	(61.727)	(85.792)	-	(16.110)

O valor das baixas de créditos para prejuízo e o valor da recuperação de créditos baixados para prejuízo, estão apresentados na Demonstração do Resultado nas rubricas "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" e "Operações de crédito", respectivamente.

6.6. Valor futuro dos créditos cedidos

O Banco efetuou cessões de crédito a terceiros e partes relacionadas nos montantes de:

Valor futuro dos créditos cedidos	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Cessões com coobrigação	-	467.016	-	1.203.826
Cessões sem coobrigação	195.995	427.274	-	1.561.316
Cessões com terceiros	195.995	427.274	-	1.505.728
Cessões com partes relacionadas	-	-	-	55.588

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Composição	2011		2010	
	2011	2010	2010	2010
Impostos e contribuições a compensar (a)	4.806	4.937	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8.2)	290.556	98.537	-	-
Depósitos judiciais (nota 14)	4.892	3.443	-	-
Adiantamentos diversos	61	1.603	-	-
Adiantamentos de comissão a empresa ligada (nota 22)	9.471	-	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22)	15.061	22.850	-	-
Cessão de créditos com compartilhamento de resultados (b)	2.998	3.263	-	-
Valores a receber de correspondentes bancários (c)	11.074	22.560	-	-
Seguros prestamistas (d)	-	8.997	-	-
Outros devedores	7.257	2.243	-	-
Total	346.176	168.433	-	-

a) Impostos e contribuições diversos a compensar - Esse montante refere-se principalmente ao PIS (Programa de Integração Social) e à COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) a compensar, oriundos da incorporação da Fincisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

b) Cessão de créditos com compartilhamento de resultados - Esse montante foi totalmente provisionado e a provisão está apresentada no balanço patrimonial na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa".

c) Valores a receber de correspondentes bancários - Esse montante refere-se principalmente a valores de contratos de empréstimos consignados originados em desacordo com as normas estabelecidas pelo Banco e a valores de empréstimos consignados liquidados pelo cliente, onde os valores foram depositados em juízo pelo correspondente.

d) Seguros prestamistas - O montante de R\$ 8.997 foi baixado para perda, tendo em vista que a probabilidade de realização desse ativo é remota.

Movimentação da provisão para outros

créditos de liquidação duvidosa	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Saldo inicial	-	-	-	(2.790)
Constituições de provisão	(23.922)	(23.922)	-	-
Reversões de provisão	16.494	16.494	-	2.790
Saldo da provisão para outros créditos	(7.428)	(7.428)	-	-

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias", respectivamente.

8.1. Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos

Créditos fiscais diferidos	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Saldo inicial	164.583	98.537	-	55.575
Constituições	127.555	193.601	-	42.962
Reversões	(1.582)	(1.582)	-	-
Saldo final	290.556	290.556	-	98.537

8.2. Composição do ativo fiscal diferido

Ativos fiscais diferidos	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Prejuízo fiscal	295.615	181.583	-	-
Crédito de imposto de renda sobre prejuízo fiscal - 25%	73.904	45.396	-	-
Base negativa da contribuição social	295.624	181.591	-	-
Crédito de contribuição social sobre base negativa - 15%	44.344	27.239	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	166.572	57.275	-	-
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	45.987	-	-	-
Provisão para reclamatórias trabalhistas	4.230	4.945	-	-
Provisão para despesas administrativas	27	2.535	-	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.779	-	-	-
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	15.487	-	-	-
Ajustes DI Futuro	190.375	-	-	-
Outras diferenças temporárias	315	-	-	-
Total de diferenças temporárias	430.772	64.755	-	-
Crédito de imposto de renda s/diferenças temporárias - 25%	107.692	16.189	-	-
Crédito de contribuição social s/diferenças temporárias - 15%	64.616	9.713	-	-
Total do ativo fiscal diferido	290.556	98.537	-	-
Circulante	154.034	6.661	-	-
Longo prazo	136.522	91.876	-	-

8.3. Composição do passivo fiscal diferido

Passivos fiscais diferidos	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	15	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	(3.492)	(6.327)	-	-
Ajuste positivo ao valor de merc. de títulos disponíveis para venda PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda - 4,65%	2.084	(256.361)	-	-
Ajustes DI Futuro	3.209	468	-	-
Pis/COFINS diferidos sobre ajustes DI Futuro - 4,65%	468	-	-	-
Outras diferenças temporárias	(298.910)	(6.312)	-	-
Total de diferenças temporárias	40%	40%	-	-
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	(119.564)	(2.525)	-	-
Total do débito de imposto de renda e contribuição social diferidos	(119.564)	(2.525)	-	-
Ajuste positivo ao valor de merc. de títulos disponíveis para venda	(44.818)	-	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	(3.492)	-	-	-
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	467	-	-	-
Ajustes DI Futuro	(65.986)	-	-	-
Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS	(113.829)	(113.829)	-	-
Alíquota de PIS e COFINS	4,65%	-	-	-
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	(5.293)	(5.293)	-	-
Total do passivo fiscal diferido	(124.857)	(2.525)	-	-
Circulante	(124.857)	(2.525)	-	-

8.4. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido	2011		2010	
	Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Exercício de 2012	-	154.034	-	-
Exercício de 2013	-	46.343	-	-
Exercício de 2014	-	18.964	-	-
Exercício de 2015	-	18.964	-	-
Exercício de 2016	-	18.964	-	-
Exercício de 2017	-	16.992	-	-
Exercício de 2018	-	16.295	-	-
Subtotal	-	290.556	-	-
Estimativa de realização do passivo fiscal diferido	-	-	-	-
Exercício de 2012	-	(124.857)	-	-
Valor líquido de realização dos impostos diferidos	-	165.699	-	-

10.3. Informações sobre os investimentos em empresas controladas

INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS CONTROLADAS

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro do período	Nº de quotas de propriedade do Banco	Participação no capital social (%)
Matone Promotora Ltda	104.386	103.185	2.610	94.041.533	100,0000%

MOVIMENTAÇÃO NAS PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

Empresas	Investimento em 31/12/2010		Investimento em 31/12/2011	
	em 31/12/2010	em 31/12/2010	em 31/12/2011	em 31/12/2011
Matone Distr. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	2.178	(2.195)	-	-
Matone Promotora Ltda	9.617	90.540	-	-
Unimatone Educação Corporativa Ltda				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais)

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o Banco possui provisão para passivos contingentes, os quais foram avaliados e contabilizados conforme prática apresentada na nota 3.12. Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza:

a) Trabalhista: O Banco é réu em determinados processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial e outros e, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas prováveis estimadas nesses processos, conforme apresentado nos quadros:

	Saldo em 31/12/2010		Adições		Baixas		Atualizações		Saldo em 31/12/2011	
Provisão para contingências ...	4.945	507	(1.670)	448	4.230				4.230	
Depósitos judiciais trabalhistas	(3.405)	(78)	237	(131)	(3.377)				(3.377)	
Valor líquido	1.540	429	(1.433)	317	853				853	

	Saldo em 31/12/2009		Adições		Baixas		Atualizações		Saldo em 31/12/2010	
Provisão para contingências ...	4.086	679	(157)	337	4.945				4.945	
Depósitos judiciais trabalhistas	(3.031)	(282)	27	(119)	(3.405)				(3.405)	
Valor líquido	1.055	397	(130)	218	1.540				1.540	

b) Cíveis: O Banco possui processos decorrentes de ações revisionais, execuções de cobrança, danos morais, entre outras, no montante aproximado de R\$ 86.196, para os quais foram efetuados depósitos judiciais que somam o valor de R\$ 115 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 38 em 2010).

Destes processos, cerca de 39% são decorrentes de operações de crédito, os quais foram objeto de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. Os demais processos representam cerca de 61% do montante dos processos cíveis e, com base na opinião dos assessores legais, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como possível e remota, a Administração do Banco acredita que tais processos não produzirão efeitos relevantes adversos sobre a situação patrimonial e financeira do Banco e, portanto, não constituiu provisão para contingências.

c) Tributária: Em 31 de dezembro de 2011, o Banco possui ação de natureza tributária, para a qual foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 1.400. Em 2010 o Banco não possui ações de natureza tributária.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2010, os Acionistas aprovaram a capitalização do saldo das reservas de capital no montante de R\$ 333, sem modificação na quantidade de ações. Em 08 de julho de 2011, o acionista decidiu re-emitir esse aumento de capital, o qual foi homologado pelo BACEN em 08 de setembro de 2011. Em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de julho de 2011, o acionista decidiu aumentar o capital social em R\$ 1.846.115 com a consequente emissão de 500.000.000 novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional. Adicionalmente, nesta assembleia, o acionista decidiu pelo cancelamento do aumento de capital social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 129.040 e, consequentemente, pelo cancelamento das 32.340.852 ações emitidas nesta mesma data, sendo 16.170.426 ações ordinárias e 16.170.426 ações preferenciais. O referido aumento de capital encontra-se pendente de homologação pelo BACEN e este cancelamento foi homologado pelo BACEN em 08 de setembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social integralizado é de R\$ 1.997.408, representado por 537.826.073 ações nominativas, sendo 518.913.037 ordinárias e 18.913.036 preferenciais, todas sem valor nominal e de propriedade da J&F Participações Financeiras Ltda.

O valor patrimonial da ação, por lote de mil, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.317,75 (R\$ 2.689,91 em 2010).

15.2. Características das ações

As ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não darão direito a voto; gozarão, contudo, de prioridade no reembolso do capital social e dos demais direitos concernentes às ações ordinárias, exceto de voto.

15.3. Ajustes no resultado de exercícios anteriores

Referem-se a ajustes no montante de R\$ 223.257, destacados na nota explicativa nº 1.

15.4. Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as ações do Banco estão divididas da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total de Ações
J&F Participações Financeiras Ltda	518.913.037	18.913.036	537.826.073
Total	518.913.037	18.913.036	537.826.073

Acionistas	2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total de Ações
Matone Holding S.A.	32.758.156	32.758.155	65.516.311
Daniel Matone	1.616.942	1.617.042	3.233.984
Ernandi Vardeley Pereira Martins de Ávila	708.265	708.265	1.416.530
Alberto Davi Matone	100	-	100
Total	35.083.463	35.083.462	70.166.925

16. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2011		2010
	Semestre	Exercício	Exercício
Cessões com coobrigação	(140.649)	(149.585)	71.022
Cessões sem coobrigação	(59.924)	(59.257)	85.003
Com terceiros	(59.924)	(59.257)	86.471
Com partes relacionadas	-	-	(1.468)
Carteira própria	206.597	255.439	76.582
Recuperação de prejuízo	2.720	3.830	1.985
Total	8.744	50.427	234.592

Durante o exercício de 2011 o Banco apresentou resultado negativo nas operações de cessões de créditos, em decorrência das recompras das carteiras cedidas em períodos anteriores e consequente estorno de receita registrada quando da cessão.

17. RESULTADO COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2011				2010			
	Semestre		Exercício		Semestre		Exercício	
Resultado com títulos e valores mobiliários	Receitas	Despesas	Ajuste a mercado	Resultado	Receitas	Despesas	Ajuste a mercado	Resultado
Operações compromissadas	1.165	-	-	1.165	1.353	-	-	1.353
Depósitos interfinanceiros	2.721	-	-	2.721	7.343	-	-	7.343
Certificados de Recebíveis Imobiliários	658	(1.107)	-	(449)	843	(1.107)	-	(264)
Fundos de Investimentos	19.222	-	-	19.222	39.118	-	-	39.118
Letras Financeiras do Tesouro	5.493	-	(10)	5.483	10.467	-	(10)	10.457
Letras do Tesouro Nacional	92.891	-	60.361	153.252	92.891	-	60.361	153.252
Ações de companhia aberta	-	-	176	176	-	331	-	331
Total	122.150	(1.107)	60.527	181.570	152.015	(776)	60.351	211.590

18. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2011			2010		
	Semestre	Exercício	Exercício	Semestre	Exercício	Exercício
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Receitas	Despesas	Resultado	Receitas	Despesas	Resultado
Swap	13	(462)	(449)	140	(1.383)	(1.243)
Opções	-	(467)	(467)	-	(467)	(467)
Futuro	1.500.758	(1.256.082)	244.676	1.500.758	(1.256.082)	244.676
Futuro Day Trade	38.674	(30.930)	7.744	38.674	(30.930)	7.744
Total	1.539.445	(1.287.941)	251.504	1.539.572	(1.288.862)	250.710

19. DESPESAS DE CAPTAÇÃO

Tipos de despesa	2011		2010
	Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de depósito a prazo	12.271	25.405	17.941
Despesas de depósito a prazo - DPGE	34.414	64.136	28.077
Despesas com operações compromissadas	13.620	15.985	3.530
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	2.782	5.270	2.736
Despesas de emissão de letras de crédito do agronegócio - LCA	109	109	-
Despesas de depósitos interfinanceiros	3.166	6.211	5.740
Total	66.362	117.116	58.024

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Tipos de despesa	2011		2010
	Semestre	Exercício	Exercício
Comissões a correspondentes	7.639	22.937	113.958
Comissões a empresa correspondente ligada	9.788	23.789	57.421
Seguros	2.809	5.465	4.270
Aluguéis	1.652	3.262	3.079
Processamento de dados	2.018	3.603	2.618
Consultoria jurídica e financeira	1.793	6.871	3.521
Assessoria técnica de terceiros	2.251	10.234	13.497
Assessoria técnica de empresas ligadas	15.602	31.247	29.661
Publicidade e propaganda	784	1.382	6.455
Serviços sistema financeiro	5.201	6.231	6.499
Amortização e depreciação	1.126	2.331	1.981
Comunicação	2.551	5.456	5.852
Serviços de terceiros	3.997	7.290	5.804
Demais despesas administrativas	5.130	9.967	7.157
Total	62.341	140.065	261.773

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Tipos de despesa	2011		2010
	Semestre	Exercício	Exercício
Perdas com operações de crédito não seguradas	822	2.819	5.031
Complemento de provisão para contingências trabalhistas	417	955	1.016
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	-	1.352	-
Compra de créditos anteriormente em prejuízo (nota 22)	-	2.891	-
Perdas na negociação e intermediação de valores	-	2.885	-
Outras	142	516	370
Total	1.381	11.418	6.417

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009.

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações referem-se, principalmente, a depósitos em conta corrente, aplicações financeiras e prestações de serviços de correspondentes.

O valor a receber da Bem-vindo, refere-se à transferência de contas a receber das empresas Matone Promotora Ltda e da Matone Promotora de Crédito Imobiliário Ltda ao Banco no montante de R\$ 14.226, em face da redução que o Banco efetuou no investimento que possuía nessas empresas em 25 de junho de 2009. Este valor é corrigido pelo IGP/FGV e é amortizado mensalmente. A liquidação deste valor está prevista para junho de 2012. Refere-se também, a adiantamento de comissões sobre a originção de créditos consignados no montante de R\$ 9.471.

Em 30 de junho de 2011 o Banco adquiriu do Banco Original do Agronegócio S.A. parcelas de operações de crédito em atraso no montante de R\$ 3.691, sendo que deste montante o valor de R\$ 2.891 refere-se a parcelas já baixadas para prejuízo de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/1999.

A despesa administrativa que o Banco teve com a empresa Matone Promotora, refere-se aos serviços descritos na nota 10.1 que esta prestou para o Banco.

A despesa administrativa que o Banco teve com a empresa Bem-vindo, refere-se à comissão sobre a originção de novas operações de crédito.

2011	Depósitos à vista		Depósitos a prazo e interfinanceiros	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captações no mercado aberto	Valores a pagar	Valores a receber	Despesas de depósito a prazo		Despesas administrativas		Outras receitas		Benefícios de curto prazo	
	Semestre	Exercício						Semestre	Exercício	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
PESSOAS JURÍDICAS CONTROLADORAS							835								
J&F Participações Financeiras Ltda							835								
PESSOAS JURÍDICAS CONTROLADAS	75	2.937				2.054		(109)	(220)	(15.602)	(31.247)				
Matone Distrib. de Títulos e Valores Mob. Ltda. .									(33)						
Matone Promotora Ltda.	75	2.937				2.054		(109)	(166)	(15.600)	(31.200)				
Unimatone Educação Corporativa Ltda.									(21)	(2)	(47)				
OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS	22	270.051	50.091	315.108	1.902	23.697		(14.947)	(15.025)	(9.788)	(23.789)	375	860		
Banco Original do Agronegócio S.A.		150.020		315.108				(14.907)	(14.907)						
JBS S.A.		275													
S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor		119.756						(27)	(27)	(9,788)	(23.789)	375	860		
Bem-vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.	22					1.902	23.697	(13)	(91)						
PESSOAS FÍSICAS									(112)					(729)	(4.387)
Pessoal-chave da administração									(15)					(729)	(4.387)
Outras partes relacionadas									(97)						
Total	97	272.988	50.091	315.108	3.956	24.532		(15.056)	(15.357)	(25.390)	(55.036)	375	860	(729)	(4.387)

2010	Depósitos à vista		Depósitos a prazo e interfinanceiros	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captações no mercado aberto	Valores a pagar	Valores a receber	Despesas de depósito a prazo		Despesas administrativas		Outras receitas		Benefícios de curto prazo	
	Semestre	Exercício						Semestre	Exercício	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
PESSOAS JURÍDICAS CONTROLADORAS	99	116				6.605		(86)	(192)	(1.332)	(2.650)	350	350		
Matone Holding S.A.	9	16						(65)	(134)						
Matone Investimentos S.A.	39	100						(12)	(22)						
Matone Participações S.A.	51					6.605		(9)	(36)	(1.332)	(2.650)	350	350		
PESSOAS JURÍDICAS CONTROLADAS	95	9.464			2.										



Banco Original

BANCO ORIGINAL S.A.

(atual razão social do Banco Matone S.A.)

CNPJ nº 92.894.922/0001-08 • NIRE nº 43 3 0003020 2

Rua Sete de Setembro, 722/730 - 15º andar - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS • Fone: (51) 3511.0123 • www.bancooriginal.com.br

DIRETORIA

Emerson Fernandes Loureiro
Diretor Presidente

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges
Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Tobaldini Jardim
Diretor Vice-Presidente

Fernando Abe Ohara
Diretor Vice-Presidente

Adão Carlos de Araújo
Diretor

José Antônio Marinho Neto
Diretor

Willian Kenzo Yoshihiro
Diretor

RESPONSÁVEL TÉCNICO

José Eduardo Tobaldini Jardim – Contador - CRC/RS 1 SP221.191 /O -1 S-RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Original S.A.

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 1, em 14 de junho de 2011, a totalidade das ações do Banco foram adquiridas pela J&F Participações Ltda. Ato contínuo à aquisição, o novo acionista decidiu aumentar o capital social do Banco no montante de R\$ 1.846.115 mil. Estes processos foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 18 de agosto de 2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme nota explicativa nº 1, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de julho de 2011, foi deliberado o cancelamento do aumento de capital realizado em 22 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 129.040 mil, o qual encontrava-se pendente de aprovação por parte do Banco Central do Brasil. O evento tem como consequência o respectivo cancelamento do ágio apurado na aquisição da Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

A capitalização do Banco permitiu ao mesmo o enquadramento em relação ao índice de Basileia e de imobilização. O novo plano de negócios apresentado ao Banco Central do Brasil, demonstra capacidade de realização dos créditos tributários constituídos, dentro dos prazos regulamentares estipulados. O novo nível de capital também permitiu ao Banco, realizar, durante o mês de julho de 2011, os ajustes demonstrados na nota explicativa nº 1. Conforme nota explicativa nº 1, foi alterada a denominação social do Banco de Banco Matone S.A. para Banco Original S.A.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, que emitimos relatório com opinião adversa, datado de 29 de agosto de 2011, devido à relevância dos seguintes ajustes: a) necessidade de constituição de provisão para perda na liquidação antecipada de contratos de operações de crédito, para créditos consignados em atraso e para imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito, no montante de R\$ 174.336 mil; como consequência, o resultado e o patrimônio líquido deveriam ser reduzidos em R\$ 104.602, líquidos dos efeitos tributários; b) necessidade de baixa de pagamentos efetuados a correspondentes bancários a título de bônus sobre suas respectivas performances e de valores a receber de correspondentes bancários, no montante de R\$ 71.667 mil; como consequência, o resultado e o patrimônio líquido do Banco deveriam ser reduzidos em R\$ R\$ 43.000 mil, líquidos dos efeitos tributários; e c) operações de crédito, no montante de R\$ 60.272 mil, cujas análises de crédito efetuadas não suportam o rating atribuído para as operações. Conforme nota explicativa nº 1, durante o mês de julho de 2011, os ajustes mencionados em nosso parecer referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foram efetuados, tendo como contrapartida conta de patrimônio líquido, de ajustes de exercícios anteriores.

São Paulo, 2 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC SP230685/O-0 S-RS